

DISSERTAÇÕES E TESES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FE-UFG

DISSERTAÇÕES

Título: *A formação de professores de música na produção da Associação Brasileira de Educação Musical - Abem (1991 a 2003)*
Autor: Gilka Martins de Castro Campos
Orientador: Prof.^a dr.^a Mirza Seabra Toschi
Defendida em: 13/5/2005

RESUMO

O presente trabalho apresenta um estudo que teve por objetivo verificar como o conceito de professor reflexivo tem interferido nas discussões sobre formação do professor de música no Brasil, usando como referência as publicações da Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM). Para isso tomei como referenciais teóricos as abordagens de Donald A. Schön e Kenneth M. Zeichner para o conceito de professor reflexivo. Sendo a ABEM a associação que congrega o maior número de educadores musicais brasileiros, bem como uma das mais representativas na América Latina e sabendo do alcance e da importância de suas publicações para a área de educação musical, foram escolhidos para esta análise todos os volumes da Série Fundamentos, todos os anais dos encontros nacionais da entidade e todos os números da revista publicados dentro do recorte de tempo que vai desde a fundação da associação, em 1991, até a realização do décimo segundo Encontro nacional, em outubro de 2003. Todos esses artigos foram lidos, resumidos e categorizados para, em seguida, se proceder à análise daqueles que tratavam da formação de professores e, em especial, os artigos que traziam Schön e Zeichner em suas referências bibliográficas. Tendo Schön e Zeichner como referenciais para o conceito de professor reflexivo, o trabalho apresenta o pensamento desses autores, relata e contextualiza a criação e a história da ABEM e faz o levantamento dos artigos publicados por essa associação, focando sua análise sobre aqueles que tratam da formação de professores. Ao final dessa análise evidenciou-se que a temática da formação de professores é mais presente nos últimos dois anos do período delimitado

para este estudo. Mas, ao se considerar o número de volumes e autores publicados pela ABEM, conclui-se que este tema necessita ainda ser mais enfatizado, mais refletido e colocado em discussão para verificar sua contribuição à formação do professor de música. A perspectiva crítico-reflexiva (tal como é abordada por Zeichner e Schön) está presente, ainda que de maneira tímida, levando a questionar qual o alcance e a interferência que as teorias e os conceitos a ela subjacentes têm realmente alcançado no meio acadêmico musical.

— * —

Título: *Escolas públicas on line: uma análise de situações pedagógicas nos laboratórios de informática*

Autor: Juliana Guimarães Faria

Orientador: Prof.^a dr.^a Mirza Seabra Toschi

Defendida em: 19/8/2005

RESUMO

Este estudo tem como tema a informática na educação e o objetivo geral é produzir saberes sobre as situações pedagógicas nos laboratórios de informática visando a uma melhor utilização desse ambiente. Segundo pesquisas já desenvolvidas nos programas de pós-graduação em educação de Goiás (Lenza Jr., 2001; Rocha, 2001; Ferreira, 2001; Cotrim, 2002; Faria, 2001; Castro, 2001; Carvalho, 2001; Leme, 2004), levanta-se que o quadro dos laboratórios de informática nas escolas era o de que os professores estavam sem formação, com uma falta de discussão dessa temática e que as políticas educacionais são ineficazes e não interferem no cotidiano da escola. Os estudos indicaram a necessidade de investimentos na formação de professores para que se tenha uma outra postura face à informática educativa e que o trabalho seja desenvolvido por meio de projetos. Nesse sentido, propôs-se investigar elementos de situações pedagógicas mobilizadores de uma melhor utilização do laboratório de informática. Para isso, a pesquisa teve uma abordagem qualitativa, do tipo etnográfica, tendo como lócus três escolas públicas de Goiânia. Como estratégias metodológicas foram realizadas entrevistas e observações das situações pedagógicas nessas três escolas no segundo semestre de 2004, por um período de cinco meses. A premissa que orientou a escolha das escolas a serem pesquisadas voltou-se para a busca de situações de melhor utilização do laboratório de informática e foi um processo coletivo, contando com a participação dos NTEs de Goiânia, direção e coordenação de escolas com laboratórios, estudos teóricos e as situações pedagógicas observadas nas escolas escolhidas. Os estudos teóricos foram fundamentados em Libâneo (2001, 2002), Altet (2000), Castells (1999, 2003), Corrêa

(1997), Neves (1999), Quéau (1993), Rodrigues (1999), Virilio (1993), Brandão (2003), Esteve (1995), Nóvoa (1999), Gómez (1998), Libâneo, Oliveira e Toschi (2003), Lisita, Rosa e Lipovetsky (2001) e Silva (2001, 2002) que contribuíram para as definições teórico-metodológicas e a discussão sobre tecnologia, educação, escola e formação de professores na sociedade da informação. A conclusão da pesquisa aponta o conceito construído no processo de investigação sobre uma melhor utilização do laboratório, para então analisar os elementos que foram mobilizadores dessa melhor utilização. O conceito de melhor utilização construído coletivamente, sob a perspectiva do professor, pode assim ser descrito: Os professores que utilizam a informática educativa são motivados, atuam de forma coletiva na escola, com o apoio da gestão, propiciam que seus alunos experimentem práticas mais democráticas e sejam sujeitos ativos na produção do conhecimento, utilizando uma tecnologia predominante na sociedade, que é o computador. Essa utilização é meio para se compreender os conhecimentos da humanidade para estudá-los de forma crítica. Assim, são professores com condições de trabalho favoráveis, utilizam frequentemente o laboratório de informática, possuem alguma formação e sua atuação é baseada em projetos que sistematizam as intenções do trabalho. Dessa forma, os elementos analisados que mobilizaram uma melhor utilização do laboratório são: formação dos professores, práticas de gestão, informática educativa por meio de projetos, condições de trabalho, motivação dos professores, mediação pedagógica e a cultura organizacional.

— * —

Título: *A (ir)realidade dos aspectos intersubjetivo e não-lógico constitutivos do estético*

Autor: Cayo Vinícius Honorato

Orientador: Prof. dr. Ildeu Moreira Coêlho

Defendida em: 19/8/2005

RESUMO

Considerando sua formulação original por Kant na *Crítica da faculdade do juízo* (1790), o *estético* em geral ou como forma da arte é aqui discutido em seus desdobramentos modernos, como fundamento da práxis social e política, tendo em vista suas atuais condições possibilitadoras e, por conseguinte, as condições possibilitadoras da *autonomia estética* como propósito educacional de construção de uma cultura *comum*. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é contribuir com o restabelecimento da inteligibilidade do *estético*, mediante o desenvolvimento de suas contradições.

- * -

Título: *Estratégias cognitivas do professor na aprendizagem do uso do software Everest: contribuições para uma metodologia de formação docente.*

Autor: Daniela da Costa Britto Pereira Lima

Orientador: Prof^a. dr^a. Mirza Seabra Toschi

Defendida em: 26/8/2005

RESUMO

Trata-se de uma pesquisa realizada por meio de investigação-ação, que durou de 2003 a 2005, na cidade de Goiânia. A pesquisa empírica sobre a formação foi realizada com dois grupos de professores, em dois locais diferentes, tendo como carga horária 20 horas presenciais e 20 horas a distância, sendo acompanhada pelo uso de vários procedimentos de coleta de dados, como a observação acompanhada de anotações em diário de campo, audiogravação, videogravação, grupo focal, aplicação de questionário e ferramentas da *web* como *chat*, fórum e lista de discussão. O referencial teórico de análise de dados, e para a produção do material oferecido na formação, contou com a metodologia de projetos de trabalho, embasada em Hernández e Ventura (1998), na mediação pedagógica e colaboração entre pares de Vygotsky (1998, 1998b), no processo de construção de conhecimento de Vasconcellos (1993, 2004), na problematização, autoria e autonomia de Freire (1977, 1987, 1996, 2000) e, por fim, na formação de professores reflexivos e autônomos de Nóvoa (1992, 1995, 2002, 2005). A análise dos dados foi realizada considerando três aspectos: o significativo e a previsão na construção de conhecimento; a construção de conhecimento com o *software* de autoria Everest; a importância da motivação e da afetividade no processo de construção do saber. Estes aspectos auxiliaram na evidência das estratégias cognitivas que os professores utilizaram durante a formação. Os resultados da pesquisa apontam as estratégias cognitivas que os professores utilizaram e, por meio destas e dos processos utilizados pela formadora-pesquisadora, evidenciaram uma metodologia de formação para professores para o uso do *software* de autoria com sucesso.

- * -

Título: *Jogos Estudantis do Estado de Goiás: o proposto, o realizado e o vivenciado*

Autor: Nestor Persio Alvim Agricola

Orientador: Prof^ª. dr^ª. Maria Hermínia M. S. Domingues

Defendida em: 5/9/2005

RESUMO

Este trabalho é o resultado de uma pesquisa realizada com os alunos participantes dos Jogos Estudantis do Estado de Goiás (JEEGO), com o objetivo de identificar e analisar as suas representações sobre o esporte e a competição esportiva. A problemática apresentada nesta dissertação surgiu em razão dos conflitos, críticas e discussões formuladas por pesquisadores no campo do esporte escolar, relacionados ao tema competições esportivas no âmbito escolar e na sociedade de forma geral. Inicialmente é apresentada uma revisão literária e uma análise crítica sobre alguns temas que estão relacionados à temática central. A abordagem metodológica utilizada contou com uma análise da proposta dos JEEGO e com a aplicação de dois instrumentos de coleta de dados: o questionário de caracterização e a entrevista semi-estruturada. Na análise dos dados foi utilizada a técnica de codificação de mensagens exposta no método de análise de conteúdo. Participaram da pesquisa 88 alunos, entre os quais 34 foram entrevistados. As entrevistas foram divididas em dois momentos: antes e depois da competição. Os dados levantados na pesquisa nos permitiram compreender de forma mais clara os sentidos e significados que a prática esportiva adquire para o jovem em processo de formação escolar, uma vez que esse evento competitivo se realiza anualmente na escola. A condição de vitorioso ou derrotado consiste na essência do conflito a que os jovens educandos encontram-se submetidos no momento da competição, e é neste contexto que as finalidades do esporte tornam-se questionáveis do ponto de vista educacional. A conclusão a que podemos chegar a partir do fenômeno estudado é que o modelo competitivo aplicado nos JEEGO não privilegia o aspecto formativo que esse tipo de evento deveria ter, mas demonstra uma clara subordinação ao esporte de rendimento cujos princípios norteadores são diferentes do esporte com finalidades educacionais. Torna-se necessário refletir acerca das possibilidades de reestruturação do modelo competitivo de modo a privilegiar o elemento formativo que o esporte escolar deve ter.

Título: *Cultura e repressão: entre a universalidade, a singularidade e as possibilidades da condição humana*

Autor: Renata Leite Soares

Orientador: Prof. dra. Anita Cristina Azevedo Resende.

Defendida em: 7/9/2005

RESUMO

Este trabalho objetiva, através da pesquisa bibliográfica, a apreensão do conceito de cultura em sua constituição articulada entre a razão e a História. Parte do conceito de repressão aos instintos individuais de Freud, autor contemporâneo às pretensões modernas e iluministas, que afirma a impossibilidade de conciliação histórica entre os homens e a cultura. Estuda essas conexões a partir da Modernidade, quando o abandono do postulado da razão como emancipação e autonomia para o indivíduo, no momento em que poderia compor o sujeito e suas contradições, constituindo-se expressão de uma multiplicidade infinita advinda das contradições reais da vida, se enclausura, em sua expressão afirmativa, nos rígidos contornos metodológicos instrumentais da ciência e desvincula-se da História. Prometendo romper com os mitos, a razão se realiza como mito, forma, aparência, aprisionando os homens em suas pretensões de liberdade e igualdade, ali onde de fato elas poderiam consagrar-se universais e não singulares. A possibilidade de existência da cultura, segundo Freud, sustenta-se sobre a negação das pretensões singulares originárias em detrimento de satisfações coletivas, que devem provir da realidade e da cultura. A renúncia à satisfação individual revela-se mais incisiva que o prazer advindo dessa realização, evidência da violência e força do desejo originário de satisfações individuais. A repressão toma, portanto, o resquício da violência cometida pelos homens, renúncia em nome da auto-conservação. Entendendo-a também como processo interno e não somente coerção externa, Freud assinala essa contradição em cada indivíduo singular, que deseja, mas renuncia à satisfação de suas pretensões individuais. Ao mesmo tempo, a sociedade burguesa é evidência de que os princípios que fundamentaram seu desenvolvimento apoiaram-se em fundamentos cada vez mais individuais e não coletivos, de forma que sobrevive a renúncia advinda da repressão, processo constante e universal, sem as necessárias e almejadas gratificações que deveriam provir da cultura. Quando a cultura se torna afirmativa, também o indivíduo se desvincula de suas ambivalências, sobrevivendo apenas a hostilidade proveniente da renúncia aos desejos mais íntimos e irrefreáveis. O que se nega por meio da afirmação da realidade é a violência que se encontra na origem da cultura, convertendo-a de momento transitório em momento permanente. A apreensão do conceito de cultura remete, portanto, tanto à compreensão da natureza humana quanto à

História capaz de significá-la e de confrontá-la. Entendê-la nesse contraditório é apreendê-la como possibilidade de existência da singularidade, que não se restringe ao individual, mas se encontra no universal e com ele se confronta permanentemente.

— * —

Título: *Programa de Saúde da Família: uma proposta educativa?*

Autor: Cláudio Ciro Souza Medrado

Orientador: Profa. dra. Maria Hermínia M. da S. domingues

Defendida em: 8/9/2005

RESUMO

O estudo analisa os aspectos educativos do Programa de Saúde da Família (PSF), estratégia institucionalizada pelo Ministério da Saúde, em 1994, para promover um novo ordenamento para o setor da saúde. É no contexto cultural e dos processos educacionais que buscou-se saber em que medida o referido programa vem efetivando sua proposta educativa, bem como quais são as bases constitucionais e organizacionais dessa proposta. Para tanto, utilizou-se, metodologicamente, do estudo de caso focado em uma unidade básica de saúde da família em Goiânia-Go. Os instrumentos aplicados envolveram entrevistas abertas e observação participante com anotações detalhadas das falas, atitudes e dos sentimentos dos diferentes sujeitos envolvidos com o objeto. Analisou-se o PSF no contexto da reforma sanitária, do Sistema Único de Saúde, da Promoção da Saúde e da Educação em Saúde, nos moldes tradicional e dialógico, atendo-se sempre à sua proposta educativa contida nos manuais, guias e portarias ministeriais. Os dados coletados foram analisados, e, a partir deles, concluiu-se que o Programa de Saúde da Família não vem correspondendo, na prática, à dimensão de sua proposta educativa emancipadora e contra-hegemônica. Entretanto guarda, de forma latente, condições para tal.

— * —

Título: *Os discursos sobre competências e a competência profissional do professor*

Autor: Eduardo de Carvalho Ribeiro

Orientador: Prof. dr. Valter Soares Guimarães

Defendida em: 9/9/2005

RESUMO

Este é um trabalho voltado à problemática que, depois de ter sido enfrentada no campo do trabalho em geral, torna-se presente no processo de formação e profissionalização docente. Sob o tema das competências profissionais, insere-se no contexto de grandes mudanças, no entendimento da agenda da formação dos professores brasileiros, em busca de uma adequação dos sistemas educativos aos imperativos do mercado e às configurações propostas pelo receituário da política neoliberal. O conceito de competência é o novo balizador da organização curricular da formação inicial do professor da educação básica. Qual é a gênese desse conceito? Quais as dimensões e as possibilidades de aplicação do conceito de competência no campo educacional? São essas as questões objetivas iniciais que motivaram a presente investigação sobre a problemática da competência profissional do professor. A investigação objetivou fazer um estudo analítico da concepção de competência presente nos discursos oficiais, sócio-históricos e pedagógico-didáticos, na formação inicial dos professores brasileiros. Tal busca se deve à tentativa de compreender os condicionantes que levaram a concepção oficial a ser adotada como norteadora do processo formativo dos professores, no contexto sociopolítico-econômico vivenciado pelos países capitalistas.

— * —

Título: *Políticas públicas para a sociedade da informação: a universalização e a democratização da informação e do conhecimento*

Autor: Aline Fagner de Carvalho e Costa

Orientador: Profa. dra. Ely Guimarães dos Santos Evangelista.

Defendida em: 10/9/2005

RESUMO

Inserindo-se na linha de pesquisa “cultura e processos educacionais”, a presente dissertação tem como objeto a sociedade da informação. Sua problemática central está em compreender que tipo de inserção o Estado brasileiro vem promovendo, por meio de políticas públicas, em um momento em que o crescimento acelerado da infra-estrutura tecnológica, fundamentada na razão técnica, instrumental, na

racionalidade dominante do capital, não sendo algo separado da construção social, demanda uma adaptação permante das nações, das instituições e dos sujeitos às novas configurações do mundo moderno, que ressalta a informação e o conhecimento como valores estratégicos para o desenvolvimento social, econômico e cultural das nações. Tendo em vista a compreensão desses processos no âmbito do Estado brasileiro, a pesquisa exigiu a análise dos planos, diretrizes e metas registrados nos documentos oficiais do Ministério de Ciência e Tecnologia, do Ministério de Comunicação e do Ministério de Educação. Considerou-se ainda a tradição do planejamento público no Brasil, a suposta ampliação da participação democrática na sua elaboração e a construção de um Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, atentando para os novos espaços da política, agora centrados nas orientações mundializadas. Dos documentos analisados depreendem-se três categorias de políticas públicas: a primeira viabilizaria as condições objetivas por meio da infra-estrutura e dos equipamentos; a segunda, ainda como condição objetiva, visa à construção de sistemas ou redes de informações, enquanto a terceira atua na formação da competência dos sujeitos para acessar os conteúdos disponibilizados pelas novas tecnologias. Refere-se, pois, às condições subjetivas, podendo se desdobrar em formação técnica, ideológica ou crítica. A compreensão dos desdobramentos desses processos no estado de Goiás buscou-se por meio da análise do Plano Plurianual 2000-2003, do Plano Estadual de Educação (2001) e de outras ações da Secretaria Estadual da Educação e da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia. A pesquisa orientou-se pelos fundamentos da teoria crítica, em que a compreensão dos nexos do objeto se dá a partir das contradições e possibilidades existentes dentro da estrutura que o determina, o que ressaltou um duplo potencial da sociedade da informação – de emancipação, podendo contribuir para a formação de um sujeito consciente e transformador da realidade, uma vez que potencialmente amplia o universo de informações; e de dominação, quando essas informações, oferecidas pela indústria cultural, promovem uma consciência coisificada, reproduzindo a realidade. As relações recíprocas e contraditórias entre técnica e sociedade, Estado e sociedade civil, economia e educação, evidenciam que a corrida pela modernização atinge de forma simultânea e desencontrada tanto os governos quanto a sociedade civil. De forma específica, a educação, nesse contexto, assume mais uma incumbência, sendo cada vez mais essencial para o constante processo de modernização da estrutura social, seja na promoção da universalização das novas tecnologias, seja na constante adaptação que vem reorientando a noção de formação, o que reafirma a dupla e antagônica possibilidade da sociedade da informação.

Título: *Gaston Bachelard e a formação do sujeito*

Autor: Juliana Ferraz da Cruz

Orientador: Prof. dr. Ildeu Moreira Coelho

Defendida em: 12/9/2005

RESUMO

Com o intuito de refletir sobre a educação que realizamos nos dias de hoje, buscando entendê-la como formação do sujeito em sentido pleno, e não somente como instrumentalização para o mercado de trabalho, este estudo trata da noção de formação na obra do filósofo francês Gaston Bachelard. Parte da vertente epistemológica de sua filosofia que revela que o conhecimento se dá como criação por meio do esforço de pensamento e abstração do sujeito, para alcançar a mesma compreensão no que se refere à vivência poética. Do mesmo modo, o trabalho da imaginação exige ação e invenção, sendo também formador do sujeito. Ao engajar-se no exercício do pensamento e na adesão à imagem poética, o homem *forma a si mesmo*, e continuamente se refaz, se abre à novidade. Nesse caminho, isto é, pela objetividade da ciência e pela vivência íntima de imagens poéticas, alcança experiências de ser. Não de um ser que esteja pronto e acabado, mas que instaura e transforma o mundo mediante sua vontade e necessidade. Sobretudo, constitui a si mesmo. É preciso então inventar uma educação que resgate o trabalho do pensamento e confira positividade à vivência do irreal, ao trabalho da imaginação que a imagem poética proporciona.

— * —

Título: *Educação de jovens e adultos: implicações da escolarização básica, noturna e tardia*

Autor: Suely dos Santos Silva

Orientadora: Prof^ª. dr^ª. Ângela Cristina Belém Mascarenhas.

Defendida em: 11/9/2005

RESUMO

A pesquisa investigou o programa de EJA, nível médio do Colégio Estadual Emília Ferreira de Carvalho em Jataí-Go. As opiniões tanto dos estudantes quanto dos professores e funcionários demonstram que, na prática, os resultados desse tipo de “escolarização” destinada aos que não tiveram acesso à escola ou não concluíram os estudos na idade adequada, é ineficaz. Essa ineficácia ocorre pela improvisação gerada pela falta de estrutura e de recursos financeiros. Desvendamos que a lógica desse tipo de política gera ações pontuais e se

destinam a objetivos e clientela específicos. A rede de ensino regular não tem conseguido garantir acesso e permanência da classe trabalhadora e utiliza as políticas compensatórias para que ela ingresse no mercado de trabalho, mas não a prepara para tal. Políticas e programas dessa natureza não tocam na estrutura do sistema e, portanto, não garantem a inserção do egresso da EJA no mercado de trabalho. Nos últimos 50 anos, a indústria e o comércio utilizaram recursos tecnológicos que eliminam continuamente postos de trabalho. Na EJA, o estudante não tem acesso a essas inovações, e seus egressos ampliam o contingente de reserva que garante os baixos salários e a instabilidade de quem estiver empregado. Desse modo, a “política de compensação” não tem evitado que sejam *alijadas do direito* de ter educação de qualidade, de conseguirem trabalho digno e de serem autônomos. Na verdade, a EJA, por suas características de aligeiramento dos estudos e de superficialidade, acaba por se constituir em um sistema paralelo dentro do oficial e se enquadra na lógica que se propagou na última década no Brasil, com a consolidação de uma *economia dependente*. Um *sistema de ensino paralelo* para os trabalhadores confirma, apesar das reformas na educação, a continuidade da concepção burguesa de escola e, *continua* a não possibilitar acesso e sucesso dos pobres ao saber socialmente produzido. A classe trabalhadora tem cada vez mais encontrado restrições para conseguir vagas de emprego/ocupação. Não corrigir as distorções do sistema econômico e escolar, favorece a exclusão, de diversas formas, de crianças, jovens e adultos, *gerando uma contínua clientela a ser “assistida, compensada e inserida”*. Sendo assim, os estudantes que cursam a EJA permanecem em desvantagem inclusive em relação a quem cursou escola diurna e em tempo regular. Sua inserção social e no trabalho continua limitada, tornando-os ‘cidadãos de segunda classe’, ou seja, a verdadeira cidadania continua sendo-lhes negada, *forçando-os a carregar o estigma de menos capaz*.

— * —

Título: *A institucionalização docente na rede municipal de ensino em Goiânia*

Autor: Sylvana de Oliveira Bernardi Nolêto

Orientador: Prof. dr. João Ferreira Oliveira

Defendida em: 12/9/2005

RESUMO

Esse estudo focaliza o processo de profissionalização docente na rede municipal de ensino, em Goiânia, basicamente no período da gestão do Partido dos Trabalhadores, durante os anos de 2001 a 2004. São analisadas as relações

estabelecidas entre a Secretaria Municipal de Educação, as escolas e os professores da rede, sobretudo, no que se refere ao processo de institucionalização docente. Verifica-se que essas relações interferem na (re)constituição dos *habitus* dos agentes (institucionais ou individuais), levando-os, muitas vezes, a mudar o seu modo de ser, de pensar e de agir no interior do sistema de ensino. O estudo busca, inicialmente, situar a educação municipal no contexto mais amplo da educação brasileira. Nesse processo, procura também compreender a estruturação da Secretaria Municipal de Educação como uma instituição social, tendo em vista apreendê-la e caracterizá-la no complexo conjunto de circunstâncias e relações que a sustentam. Para tanto, analisam-se os processos internos de organização burocrática, o projeto gestor, autodenominado democrático-popular, as práticas e interpretações dos dirigentes, bem como as conseqüências dos processos de institucionalização das atividades docentes. O estudo realça a *voz coletiva* dos sujeitos-professores, sobretudo no processo de identificação dos entraves institucionais e outros que condicionam a prática docente. A institucionalização docente ocorrida no período estudado certamente implicou em mudanças na visão sobre o trabalho desenvolvido na rede de ensino, sobre o projeto gestor e sobre o projeto político-pedagógico implantado no período. Essas alterações, no entanto, não ocorreram de forma generalizada e linear. Dada a especificidade institucional de cada escola da rede, houve adesões, adaptações, acomodações, resistências ou mesmo certa indiferença face às inovações e práticas gestoras e organizacionais implementadas no período. De modo geral, verifica-se que, a partir da chegada do novo professor na rede, é preciso ater-se ao modo como se dá a institucionalização docente, sob pena desse processo não corroborar com a produção de uma educação que promova uma aprendizagem significativa para a totalidade dos estudantes envolvidos no processo educativo. A institucionalização do docente deve, pois, contribuir com a satisfação e com o desenvolvimento profissional, de modo a promover a afirmação da autonomia intelectual e o engajamento em um projeto coletivo de transformação da escola pública.

Título: “*Sertão – escola do mundo*”: *representações sobre mundo rural e educação na literatura regional*

Autor: Jaqueline Veloso Portela de Araújo

Orientador: Prof. dr. Jadir de Moraes Pessoa

Defendida em: 12/9/2005

RESUMO

O trabalho investiga os sentidos que a educação rural assume na literatura regional goiana, com o pressuposto de que as obras literárias expressam também “situações de aprendizagem” enquanto apresentam a ambientação das narrativas, a caracterização das personagens, as condições de existência dos grupos sociais, os conflitos relacionais e as crenças religiosas. O objeto da investigação é a literatura regional goiana, tendo como referencial teórico-metodológico, para a compreensão das possíveis intersecções do campo educativo com o campo literário, as análises de Pierre Bourdieu, particularmente, os conceitos de *campo* e *habitus*. As obras foram analisadas a partir de uma classificação em quatro períodos ao longo do século XX: Primeira República; primeiro governo getulista; 1946 a 1964; e período militar. No seu conjunto, elas tipificam o sertanejo goiano, descrevem seu modo de vida, seus saberes, sua cultura; o que significa que dizem muito sobre educação, embora não enfoquem a necessidade da educação escolar na reprodução dos sujeitos e grupos sociais.

— * —

Título: *Políticas públicas e educação infantil no estado do Tocantins: história e concepções norteadoras*

Autor: Eliane Pesente Soares

Orientador: Prof^a dr^a Ivone Garcia Barbosa.

Defendida em: 12/9/2005

RESUMO

Esta pesquisa integra o Projeto *Políticas Públicas e Educação da Infância em Goiás: história, concepções, projetos e práticas* e está vinculada à linha de pesquisa Formação e Profissionalização Docente do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás. No contexto de reorganização econômica e reajustamento político e social, novas experiências evoluíram para a forma de “acumulação flexível”, ou seja, flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados, dos produtos e padrões de consumo que afetaram diretamente as políticas educacionais e, entre elas, as políticas voltadas ao atendimento às

crianças de 0 a 6 anos de idade. Se, neste momento, é importante acompanhar o desenvolvimento das iniciativas para a área, essa pesquisa, particularmente, buscou conhecer as políticas públicas para a educação infantil no estado do Tocantins que se realizam neste contexto e analisá-las à luz de um referencial teórico de orientação dialética. Contribuíram para o diálogo autores das áreas da sociologia, economia, história e educação, como Bourdieu, Chesnais, Arrighi, Guiraldelli, Gentili, Rosemberg, Barbosa. Para coleta de informações e análise dos dados da pesquisa foi necessário fazer uso de diferentes procedimentos. Envolvemo-nos com análise documental da legislação pertinente, estudos bibliográficos, incursões tanto nos documentos oficiais como nas discussões recentes da comunidade científico-acadêmica e instituições próprias que lutam e defendem um ideal qualitativo para a educação infantil sob o ponto de vista dos direitos da criança pequena. Assim, consideramos parâmetros “de qualidade para a Educação Infantil”, expressão frequentemente mencionada na literatura oficial (PNE, LDBN e outros), comparando-os, sempre de forma crítica, com a realidade local, com a constituição histórica do Estado e com a discussão nacional. A investigação mostrou que o estado do Tocantins, gerado e desenvolvido na lógica neoliberal capitalista, vem apresentando em sua política e, mais especificamente, na política voltada ao atendimento das crianças pequenas, traços representativos de interesses capitalistas, sendo a educação infantil afetada no seu desempenho, tanto nos eixos estruturais como de formação de professores e financiamento.

— * —

Título: *Formação de professores no contexto da educação inclusiva: estudo de caso da Universidade Estadual de Goiás*

Autor: Yara Fonseca de Oliveira e Silva

Orientador: Prof. dr. Marcos Corrêa da Silva Loureiro

Defendida em: 13/9/2005

RESUMO

O objetivo do presente estudo é refletir, no contexto sociopolítico atual de reestruturação produtiva do modo de produção capitalista sobre a condição da escola que neste momento é solicitada, a partir de documentos oficiais, a propiciar acesso a todos os alunos, tanto para os tidos como normais como também para os deficientes, portanto, uma escola única e inclusiva. Neste contexto, o governo do estado de Goiás, no ano de 1999, lança dois projetos como bases para a realização da proposta mundial e nacional de inclusão, que são o *Programa Estadual de Educação para a Diversidade*, contendo dez projetos, sendo que

neste trabalho tratou-se especificamente do *Projeto Escola Inclusiva*, implantado através da Secretaria de Estado de Educação, e a consolidação da UEG, com seu projeto de formação de professores, em específico neste estudo o curso de Pedagogia. O problema que se apresenta trata de refletir especificamente sobre a articulação entre essas duas propostas do governo estadual, ou seja, como a universidade que se propõe inclusiva vem formando neste momento os profissionais da educação das séries iniciais do ensino fundamental para atuarem enquanto profissionais na escola inclusiva. Objetiva-se, pois, neste trabalho, compreender como o professor vem buscando se aperfeiçoar e, portanto, mudar suas concepções educacionais diante desse aluno que deve ser incluído no processo de ensino. O objeto de estudo foi o curso de Pedagogia da UEG que, de acordo com a LDBEN n. 9.394/96, legaliza a condição de ser professor das séries iniciais do ensino fundamental, o qual se encontra atuando na educação inclusiva. A atividade de pesquisa partiu do estudo do cotidiano do professor, no sentido de saber como o grupo de profissionais vem se apropriando da proposta de educação inclusiva, tal como colocada pelos dispositivos legais, buscando desvelar, nas ações políticas do Estado, o entendimento que se vem construindo e adquirindo da mediação didático-pedagógica pelos profissionais da educação. A investigação é de caráter qualitativo, modalidade estudo de caso, trazendo como fonte direta de dados o ambiente universitário da unidade universitária de Itaberaí, através de pesquisa bibliográfica e do contato estabelecido durante a observação, que tanto ocorreu com os discentes como com os docentes universitários. O estudo apresenta-se em três capítulos. O primeiro pretende reconstruir os conceitos de exclusão e inclusão, através de uma exposição do atual contexto de reestruturação produtiva e, em seguida, fazer uma revisão histórica da educação brasileira, de sua dicotomia no ensino regular e especial, que se estabelecem durante séculos no país. O segundo apresenta uma descrição das distintas formas de pensar a temática de formação de professores e sua profissionalidade. O terceiro consiste no estudo de caso da experiência do curso de Pedagogia desenvolvido na unidade universitária de Itaberaí da Universidade Estadual de Goiás, que é tida como a universidade da *inclusão e da transformação*. Verificou-se que a atuação do governo tem sido acrítica em face das políticas e das regras da globalização, que propõe mecanismos de conformismo e constitui uma atuação inadequada para o enfrentamento do desafio do fracasso e da exclusão escolar. Com isso, pode-se afirmar que se está diante de uma pseudo-inclusão educacional, que na verdade mais parece propiciar uma inclusão formal para manter a exclusão.

Título: *Políticas públicas educacionais para a educação infantil em Jataí: da proposição à materialização*

Autor: Laís Leni Oliveira Lima

Orientador: Prof.^a dr.^a Ivone Garcia Barbosa

Defendida em: 06/12/2005

RESUMO

Esta pesquisa busca analisar as políticas públicas da infância, propostas e materializadas em Jataí-Go. Propomos empreender as implicações das diferentes concepções de infância e compreender suas mudanças de acordo com o desenvolvimento da sociedade. Para tanto, procuramos resgatar e articular seus diversos elementos históricos constitutivos na educação da criança, desde as civilizações das antiguidades clássicas européias até as contemporâneas. No desenvolvimento da pesquisa, analisamos as formas de delineamento das gestões administrativas e pedagógicas nas propostas de educação de crianças menores de seis anos na cidade pesquisada. Utilizamos como metodologia: análise documental, leitura de periódicos, leituras bibliográficas, entrevistas, questionários, observação. O enfoque que procuramos dar a essa pesquisa foi o materialismo-histórico, o qual está vinculado a uma concepção de realidade, de mundo e de vida. Dialogamos com autores tais como: Marx (1978, 1983, 1993) e Frigotto (1989). Esse enfoque nos ajuda a compreender o processo e ir à raiz dos problemas, ou seja, ao desvelamento da realidade. Buscamos também, na literatura, proposições teóricas que preocupam com concepções de infância como momento significativo de educação do ser humano, dialogando com autores como Comenius (2002), Rousseau (1999), Kant (1996, 2002), Ariès (1981), Kuhlmann Junior (1998 e 2003), Rosemberg (1999), Oliveira (2002), Kramer (1986, 2003), Barbosa (1991, 1997), entre outros. Pressupomos a construção de uma totalidade significativa, com pretensão de ser aberta, transitória e histórica, não apenas como soma das partes, mas também de síntese de muitas determinações que a pesquisa permite (re)velar. É um trabalho de investigação científica, que procura contribuir com as discussões no âmbito das políticas públicas educacionais para a educação infantil. Esse trabalho está ligado à área de concentração “Pesquisa Formação e Profissionalização Docente”, e faz parte de um projeto de estudos da infância da UFG/FE intitulado “Políticas Públicas e Educação da Infância em Goiás: história, concepções, projetos e práticas”.

Título: *A contribuição dos conteúdos sociológicos para a formação de professores na UFG*

Autor: Lucimárcia Mendes de Sousa

Orientador: Prof. dr. Marcos Corrêa da Silva Loureiro

Defendida em: 19/12/2005

RESUMO

Este trabalho se propõe a compreender a contribuição dos conhecimentos sociológicos e seus reflexos na licenciatura, nos cursos de formação de professor de Matemática, de Ciências Biológicas e Ciências Sociais na Universidade Federal de Goiás. Contudo, não se trata de aprofundar exaustivamente o conhecimento da formação de professor nestes cursos, mas de, por meio da realidade educacional, indagar a contribuição dos conhecimentos sociológicos para formação de professor, em uma perspectiva de compreensão crítica que esses conteúdos trazem para o entendimento da realidade social. A situação atual desses cursos é mostrada a partir da análise do projeto político pedagógico e das diretrizes curriculares. Neles são analisados o perfil do egresso, a exposição de motivos, as ementas e a bibliografia, além de resoluções e portarias dos cursos. A presença dos conteúdos sociológicos nos cursos de licenciatura é analisada a partir da constituição do *campo científico educacional* das ciências humanas e sociais. Finalmente podemos dizer que o presente estudo de análise histórica busca detectar os principais problemas existentes nestes documentos, identificando ainda o motivo pelo qual as mudanças foram realizadas nos currículos.

TESE

Título: *A criação de universidades tecnológicas no Brasil: uma nova institucionalidade para a educação superior*

Autor: Luciene Lima de Assis Pires

Orientador: Prof. dr. Luiz Fernandes Dourado

Defendida em: 27/12/2005

RESUMO

Neste trabalho, busca-se analisar a criação de universidades tecnológicas no Brasil como resultante das políticas de diversificação e diferenciação institucional, implementadas pela reforma da educação profissional dos anos noventa, que desencadeou, na rede de educação tecnológica, um movimento interno na busca

de uma nova institucionalidade para as instituições que a compõem. No bojo das políticas e gestão para a educação, verificam-se alterações substantivas, destacando, entre outras, a criação dos centros federais de educação tecnológica, a redução na oferta de ensino médio, bem como a inserção no ensino superior com a diversificação na formação, via criação dos cursos de tecnologia. E, neste universo, como foco do trabalho, inserem-se os projetos de transformação de CEFETs em universidades tecnológicas, que estão em tramitação na Câmara dos Deputados, destacando-se, em particular, o Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, transformado em universidade tecnológica pela Lei n. 11.184 de 7 de outubro de 2005. O recorte temporal da pesquisa é o período compreendido entre 1997 (ano de implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9.394/96 e do Decreto n. 2.208/97, base da reforma da educação profissional) e 2005 (ano de criação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná). A análise efetivada situa as políticas e gestão a partir de uma interlocução com o pensamento gramsciano, com a revisão de literatura na área, baseados em uma ampla pesquisa documental, bem como em entrevistas. Conclui-se que as políticas, para educação superior e profissional desencadeiam um modelo de formação mais flexível em atendimento à demanda de profissionais, definida pelo mercado. E as instituições de ensino superior aderem-se a esse novo filão construindo uma nova institucionalidade, minimizando a oferta de uma formação, fundada no tripé *ensino-pesquisa-extensão*.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A revista *Inter-Ação* aceita para publicação artigos e ensaios, além de resenhas e comunicações científicas, resultantes de estudos teóricos e pesquisas que incidem na produção do conhecimento sobre educação, no que diz respeito ao trabalho e aos movimentos sociais, às políticas públicas e à formação docente, em sua relação com a sociedade e a cultura. Os trabalhos devem ser inéditos, de autores brasileiros e estrangeiros.

O número máximo de laudas, para as diferentes colaborações, deve ser: 10 para resenhas; 30 para artigos; 5 para comunicações científicas; e 40 para ensaios. As laudas devem ser digitadas em espaço duplo, fonte *Times New Roman*, corpo 12. Todas as citações diretas ou indiretas devem ser incorporadas ao texto e constar das referências. Os artigos devem apresentar resumo e *abstract* contendo, em no máximo 10 linhas, objetivos, métodos e principais conclusões. Quatro palavras-chave, em português ou espanhol com versão para o inglês, devem acompanhar o resumo e o *abstract*.

As notas de rodapé devem ser objetivas, de natureza substantiva, numeradas e colocadas no final do texto. Para ênfase ou destaque, utilizar itálico e não negrito. As referências e citações de autores, no corpo do texto, devem subordinar-se à forma (AUTOR, data) e (AUTOR, data, página). Quadros, gráficos, mapas e outros devem ser apresentados em folhas separadas, numeradas e com a indicação de suas respectivas fontes. Siglas e abreviações devem ser seguidas de suas significações.

Os originais devem ser encaminhados em três vias impressas e acompanhados de cópia em disquete, no formato *Word* para *Windows* ou conversíveis. As colaborações devem apresentar, em folha de rosto, o título completo e o nome do autor, sua vinculação institucional, o endereço eletrônico (*e-mail*) e o telefone. Na primeira página deve aparecer o título completo dos textos, omitindo-se o nome do autor a fim de assegurar o anonimato do processo de avaliação. A avaliação dos artigos será

realizada por pares ou pareceristas *ad hoc*, envolvendo dois avaliadores. Em caso de publicação indeferida ou de pareceres divergentes recorrer-se-á a um terceiro. Eventuais sugestões de modificações por parte da editoria serão elaboradas com o consenso dos autores.

As referências bibliográficas devem ser apresentadas ao final do artigo, em ordem alfabética e obedecer às normas da ABNT (NBR-6023).

Exemplos:

a) Livro de um só autor:

SOBRENOME, Nome abreviado. *Título*: subtítulo. Tradutor. Edição. Local de publicação: Editora, ano da edição.

b) Livro de dois autores:

SOBRENOME, Nome abreviado; SOBRENOME, Nome abreviado. *Título*: subtítulo. Tradutor. Edição. Local de publicação: Editora, ano da edição.

c) Livro de três autores:

SOBRENOME, Nome abreviado; SOBRENOME, Nome abreviado; SOBRENOME, Nome abreviado. *Título*: subtítulo. Tradutor. Edição. Local de publicação: Editora, ano da edição.

d) Livro de mais de três autores:

SOBRENOME, Nome abreviado (do primeiro) et al. *Título*: subtítulo. Tradutor. Edição. Local de publicação: Editora, ano da edição.

e) Capítulos de livros:

SOBRENOME, Nome abreviado do autor do capítulo. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome abreviado do editor/organizador do livro. *Título do livro*. Edição. Local de publicação: Editora, ano da edição.

f) Artigos em periódicos:

SOBRENOME, Nome abreviado. Título do artigo. *Título do periódico*, número do volume, página inicial-final, ano.

g) Dissertações e teses:

SOBRENOME, Nome abreviado. *Título*: subtítulo. Local de publicação (Grau e área de concentração) – Nome da Escola, Universidade.

A revista não se obriga a devolver os originais das colaborações enviadas. Os autores receberão, gratuitamente, três exemplares da revista *Inter-Ação* em que seus artigos forem publicados.

Os textos assinados expressam opiniões de exclusiva responsabilidade de seus autores e não representam necessariamente o ponto de vista do Conselho Editorial.

As colaborações deverão ser enviadas para o endereço: Faculdade de Educação–UFG, Centro de Divulgações e Publicações–CDP. Rua Delenda Rezende de Melo, s/n, Setor Universitário, Goiânia, Goiás. CEP: 74.650-050 – Fone: (62) 3521-1878 – Fax: (62) 3521-1879 ou 3521-1880 – E-mail: cdpperiodicos@fe.ufg.br. Home page (Seção Publicações da Faculdade de Educação–UFG): www.fe.ufg.br.

Receba em sua residência
a
Revista INTER-AÇÃO

Para assinatura anual, preencha a ficha e envie, acompanhada de cheque nominal no valor de R\$ 20,00 (vinte reais), para o Centro de Divulgações e Publicações da FE-UFG.
Rua Delenda Rezende de Melo, s/n, Setor Universitário. Goiânia - Goiás. CEP - 74605-050.
Fone: (0xx) 62 3521 1878. E-mail: cdppublicos@fe.ufg.br



Nome: _____

Endereço: _____

N.: _____ Apto.: _____ Cidade: _____ UF: _____

CEP: _____ Telefone: _____ E-mail: _____

Instituição onde trabalha: _____

Cargo / Função: _____ Área de atuação: _____

Revista Inter-Ação: _____ Ano: _____ Vol.: _____ Números: _____

